

Desenvolvimento africano e cooperação

Adelino Torres

Professor catedrático no ISEG

Entrados praticamente no novo milénio deixamos para trás, nas décadas que nos precederam, acontecimentos, dramáticos ou positivos, que determinaram o relacionamento entre a Europa e a África.

Muitos historiadores levaram a cabo estudos de grande fôlego (de que é exemplo a *História de África* da UNESCO) ou sínteses bem construídas, como a que foi tentada, ainda recentemente, por John Iliffe num livro estimulante: *Africans: the History of a Continent* (1995), sem falar das muitas centenas de monografias úteis cujo rasto se perde em quatro ou cinco séculos de história que, para simplificar, poderíamos classificar de "comum": desde os relatos de viajantes e missionários de outros tempos, aos posteriores estudos de etnografia segundo os parâmetros da colonização, das abordagens africanas do pós-independência que substituíam o *euro-centrismo* de antanho por um *afrocentrismo* igualmente curto, aos textos mais serenos de autores africanos e europeus que têm vindo a lume em anos recentes.

No entanto, nesta era de globalização em que a tecnologia varre um a um todos os obstáculos à comunicação, eliminando progressivamente o tempo e o espaço, é possível interrogar-nos sobre se o saber europeu acerca de África e dos africanos, tal como o conhecimento da Europa e dos europeus pelos africanos, esclareceu todas as dúvidas, eliminou equívocos e afastou preconceitos de uns e de outros. Creio bem que não.

Nas ciências sociais, por exemplo, apercebemo-nos que as contradições são mais frequentes do que se pensa. O cidadão comum hesita desencorajado entre o imperturbável optimismo de certos economistas que consideram as injeções de capital financeiro ou a aplicação geométrica de planos de ajustamento estrutural, como remédios infalíveis contra o subdesenvolvimento, e o pessimismo derrotista dos que, confundindo os sintomas com as causas, apenas esperam o pior.

Seria naturalmente impossível propor neste artigo um balanço de todas as questões controversas que dominam a actualidade, quer no que se refere à

situação económica dos países africanos, quer quanto às tendências actuais da cooperação entre a Europa e a África. Limitar-me-ei a evocar alguns problemas que julgo cruciais relativamente ao primeiro tema e a equacionar aspectos do segundo.

Impasses do desenvolvimento africano

Para ser efectivo, o desenvolvimento africano pressupõe a resolução de várias questões.

Em primeiro lugar a dívida externa de muitos países constitui um fardo que, no estado actual das coisas, é inútil pensar que se resolverá por si só ou com a aplicação de medidas ditas de "ajustamento estrutural", pelo menos da forma como estas são impostas pelas instituições internacionais. Isso não minimiza a necessidade de intensificar os esforços de reestruturação, mas significa tão somente que a procura de equilíbrios que não atenda a determinados objectivos sociais imediatos está necessariamente destinada a fracassar, como Philippe Engelhard ainda recentemente o demonstrou (L '*Afrique miroir du monde?*, 1998).

Em Setembro de 1996 chegou-se finalmente à conclusão que os países pobres não tinham qualquer possibilidade de se desenvolver se pelo menos uma parte da sua dívida externa não fosse anulada, a começar pela dívida em relação ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. A análise dos casos susceptíveis de beneficiar dessa medida tem-se revelado, no entanto, demasiado longa e o processo ultra-selectivo excessivamente pesado. Até Abril de 1998 só sete países beneficiaram de tal medida, dos quais cinco países africanos: Uganda (20 % da dívida total foi anulada), Burkina Faso (14 %), Costa do Marfim (6 %), Moçambique (57%) e Mali (8%). A imprensa especializada internacional acusa mesmo as duas instituições de terem pervertido a iniciativa com o aval da França e dos Estados Unidos que fizeram dela um instrumento político de ajuda aos países a que estão mais ligados. Assim, o Uganda foi o primeiro beneficiário (em Abril de 1997) quando está numa situação mais favorável do que outros países africanos que foram preteridos. Uma revista económica não hesitou em explicar esse facto por o Uganda ser considerado actualmente o "melhor aluno do FMI e do Banco Mundial", que assim o teriam querido recompensar (*Alternatives Économiques*, Novembro 1998). A Costa do Marfim beneficiou da manipulação política do "lobbying" francês, o que foi reconhecido pelo ministro das Finanças daquele país africano quando

disse que "no plano diplomático a França desempenhou um papel muito importante" neste processo.

Os modelos económicos utilizados para apreciar as candidaturas são mal conhecidos e a sua fiabilidade tem-se prestado a fortes críticas, tanto mais que os procedimentos são pouco transparentes.

Por outro lado, a ideia de certos meios neoliberais, partilhada pelo FMI e Banco Mundial, segundo a qual a abertura dos mercados conjugada com o enfraquecimento do Estado e a privatização da economia, por exemplo, são respostas decisivas aos dilemas com que a África se defronta, são pressupostos axiomáticos conhecidos mas, em boa medida, enganadores.

Na maior parte dos casos a abertura dos mercados nacionais só poderá fazer-se no quadro (ou em estreita conjugação) de uma integração regional. O mínimo que se poderá dizer é que não é evidente que a CEDEAO (Comunidade dos Estados da África Ocidental) ou a CEEAC (Comunidade dos Estados da África Central) tenham avançado significativamente nos últimos vinte anos. E se a África Austral pode agora, eventualmente, dar passos nessa via (SADQ, isso vai depender essencialmente da evolução política e económica da África do Sul, sendo portanto demasiado cedo para nos pronunciarmos. A tentativa recente de reconstituição da Comunidade da África Oriental (Uganda, Tanzânia e Quênia) é uma ideia positiva, mas por enquanto é pouco mais do que uma intenção.

Não oferece dúvidas que, sem a integração regional, a "abertura dos mercados" nacionais africanos, tal como é frequentemente preconizada, não tem consistência. Basta perguntar onde está o aparelho industrial que, no curto prazo, permitirá aos países africanos a sobrevivência se forem eliminadas as barreiras alfandegárias e outras.

E certo que o proteccionismo exacerbado, tal como se praticou depois das independências com as políticas de substituição de importações, deu péssimos resultados. Porém, o mal não esteve na substituição de importações em si, mas no facto destas terem sido transformadas num fim, em vez de serem apenas um meio transitório, como a Coreia do Sul o compreendeu rapidamente nos anos 50.

Há, pois, necessidade de uma transição. A grande diferença na actualidade africana é que esta já não pode ser tentada por um país isoladamente, mas no âmbito de uma urgente integração regional.

A integração, por sua vez, depende em larga medida da ajuda internacional. No entanto, a ajuda multilateral está a diminuir no continente africano. E não chega dizer que, em compensação, a ajuda bilateral vem progredindo, pela simples razão que essa ajuda bilateral dirige-se cada vez menos para a África, em benefício da Ásia (pelo menos até há pouco), da América Latina e da Europa do Leste.

Ademais a ajuda multilateral precisa igualmente de ser reequacionada, nos meios que utiliza e nos objectivos que prossegue. É conhecido o famoso "desperdício da ajuda" denunciado mesmo por aqueles que, como S. Brunei, a consideram essencial.

É porém contestável que essa ajuda deva esperar pelos resultados dos famosos "*planos de ajustamento estrutural*" tal como são actualmente concebidos e cujos resultados são mais negativos do que positivos.

Outra vertente que os países africanos não podem deixar de considerar prioritariamente e sem ambiguidades é a da consolidação da sociedade civil, em estreita simbiose com uma transição democrática que não se limite à instalação de um multipartidarismo superficial e a eleições espaçadas.

O ajustamento estrutural e a consolidação da sociedade civil inserem-se, por sua vez, na questão mais vasta da *globalização*, considerando que hoje em dia é cada vez mais difícil admitir um desenvolvimento moderno, quer ao nível nacional quer no plano regional, se não se tiver em conta a indispensável inserção dos países e das regiões na economia mundial "globalizada", a menos que se aceite um retrocesso intolerável. E claro que este é sempre materialmente possível, e pode a qualquer momento desmentir o preconceito de "irreversibilidade do progresso" subjacente a certas filosofias ingénuas.

A ideia de "globalização", não sendo nova tomou no entanto um cariz imperativo e a uma escala desconhecida até há poucos anos, devido aos progressos científicos e aos avanços resultantes das novas tecnologias da 3ª revolução industrial, nomeadamente das tecnologias da informação e das comunicações que caracterizam aquilo que Manuel Castells, numa obra monumental, chama a "sociedade em redes". Uma vez que, de certo modo, o tempo e o espaço são abolidos, até meados dos anos 90 nada parecia opor-se (no plano técnico pelo menos) à circulação dos saberes, das mercadorias, dos serviços e dos capitais, tanto mais que a desapareição do "bloco socialista" sugeria, para muitos, a

possibilidade de uma "liberalização total" que transformaria o mundo num triunfante mercado global.

No entanto, este optimismo ultraliberal tem vindo a encontrar cada vez mais resistências e desmentidos, como a desilusão da crise asiática o verifica.

Não somente a desapareição dos "regimes socialistas" não anulou afinal as injustiças e privilégios espalhadas pelo planeta, mas há sinais visíveis de tempestades latentes que podemos talvez sintetizar num simples indicador: a riqueza global aumentou nas três últimas décadas, mas as desigualdades cresceram exponencialmente, de tal modo, como se lê no último relatório do PNUD, que 20 por cento da população mundial consome 86 por cento do que é produzido, enquanto que os 20 por cento mais pobres consomem apenas 1,3 por cento desse mesmo produto (*Relatório do Desenvolvimento Humano*, 1998).

Ao mesmo tempo, assiste-se à degradação acelerada do ambiente e ao alastramento de outros fenómenos igualmente inquietantes: micronacionalismos exacerbados, integrismos religiosos, rupturas étnicas, urbanizações catastróficas, ameaças de deflação violenta, persistência caótica do desemprego, indefinição dos governos quanto aos sistemas de protecção social e ambiguidades perigosas quanto ao papel do Estado-Providência, proliferação do tráfico de droga agravado em muitas regiões pela perda de mercados em produtos tradicionais decisivos (como acontece com certos produtores de bananas)...

Por toda a parte é visível que as tensões aumentam desmentindo a beatitude de teorias em circuito fechado.

Todavia, essas dificuldades não constituem razões suficientes para voltar atrás em busca de soluções datadas, como o fazem certos protagonistas para os quais o horizonte espaço-temporal é ainda o da fronteira física e política das nações e cujas análises continuam a ser determinadas por uma divisão arcaica da economia em sectores de produção, no interior dos quais o factor trabalho perpetua imobilidades características da primeira e da segunda revoluções industriais. Essa visão já não se encaixa nos parâmetros que definem a "terceira revolução industrial" que começámos a viver há pouco mais de uma década. De uma maneira geral o nacionalismo apoiado numa concepção económica proteccionista apenas conduz a confrontações, como sublinhou com razão Paul Krugman (*Pop Internationalism*, 1996), não abrindo nenhum espaço novo para o debate de ideias.

Isto explica em parte por que é que a África Subsaariana (ASS) não pode adiar por mais tempo um conjunto de mudanças radicais, tanto do ponto de vista económico como político e social.

Coloca-se aqui o já mencionado problema dos *programas de ajustamento estrutural* que tanto polémica têm suscitado, inseparáveis das transformações requeridas mas que estão longe de ter obtido os resultados inicialmente previstos pelos seus inspiradores, nomeadamente o Banco Mundial e o FMI.

Creio no entanto que a observação empírica e os estudos de casos, indispensáveis para ilustrar ou esclarecer, não chegam para apreender o quadro analítico subjacente ao edifício das políticas económicas. É, pois, necessário fazer uma rápida referência aos elementos teóricos que lhes dão sentido.

Digamos que, no essencial, a controvérsia sobre o desenvolvimento tem lugar entre a antiga e a nova ortodoxia da teoria do desenvolvimento. À antiga chamarei "heterodoxia" para a distinguir da segunda. Para simplificar, não descriminarei as várias correntes em cada uma delas.

O debate entre a heterodoxia anterior (nomeadamente a keynesiana) e a ortodoxia vigente (neoliberal), estudado por Gerard Grellet entre outros (*Revue Tiers-Monde*, 1993), tem lugar a três níveis diferentes:

No plano internacional traduziu-se por um confronto entre o "*paradigma da introversão*" que dominou essencialmente nos anos 50-70 e que, entre outras consequências, culminou no fechamento dos países, ao agravar a sua desconfiança em relação ao comércio internacional supostamente causador de subdesenvolvimento, e o "*paradigma da extroversão*" (re)nascido nos anos 80, segundo o qual o desenvolvimento das nações depende da sua abertura ao exterior.

No *plano das políticas económicas internas*, esta oposição entre as duas abordagens pôs em evidência a ruptura entre a intervenção pública (defendida pelo antigo paradigma) e a total submissão aos mecanismos de mercados (pressuposto do novo), uma vez que a alocação dos recursos só pode ser otimizada, neste ponto de vista, num regime de concorrência que tende, idealmente, para a "concorrência pura e perfeita".

Enfim, no plano socioeconómico assistiu-se à passagem de antigas concepções da heterodoxia segundo as quais a "irracionalidade" é o traço fundamental do agente económico do Sul (o seu comportamento obedece a uma lógica que

frequentemente pouco tem a ver com os mecanismos "racionais" da economia capitalista de mercado), a uma nova abordagem promovida pela ortodoxia actual, a qual postula, pelo contrário, a "racionalidade" desse mesmo agente (quer dizer: as "leis" económicas são as mesmas em todas as regiões, como são invariáveis as antecipações racionais dos agentes onde quer que se encontrem).

Este seria, *grosso modo* e de modo simplificado, o pano de fundo teórico sobre o qual se defrontam as duas concepções de desenvolvimento que têm dominado o cenário do continente africano.

Sem ir ao ponto de assumir o dito popular segundo o qual "no meio é que está a virtude", não é inútil observar que ambas merecem críticas. Para focar apenas um ponto, a antiga heterodoxia permitiu - sem protestar que fossem aplicadas em seu nome políticas económicas que a desvirtuaram; a nova ortodoxia neoliberal excedeu-se na defesa do paradigma da extroversão, sem cuidar do seu realismo e sem atender a que ele se baseava em demasiadas hipóteses restritivas. Por exemplo, a tese segundo a qual o desenvolvimento depende essencialmente da abertura ao exterior, postula implicitamente que, com esse alargamento do mercado, há uma aproximação da situação de "concorrência pura e perfeita", considerada como a única maneira de otimizar o desenvolvimento. Isso pressupõe que a concorrência perfeita é uma situação óptima de desenvolvimento; que os preços do mercado mundial estão próximos dos preços de concorrência perfeita; que as indústrias nascentes nos países em desenvolvimento só têm necessidade de uma protecção de curta duração; e, enfim, que os custos de ajustamento resultantes da passagem de uma situação de economia protegida para uma situação de concorrência aberta na economia mundial são transitórios e fracos considerando os resultados positivos esperados.

E óbvio que uma das conclusões que se poderia extrair deste raciocínio seria que o tipo de especialização não teria efeitos sobre o crescimento. Dito de outro modo, desde que um país ocupe um lugar na especialização internacional, é-lhe indiferente produzir bananas ou computadores. Convenhamos que este "realismo" é algo decepcionante...

Aliás, vale a pena sublinhar a esse propósito que as crises africanas não resultam da falta de inserção no comércio internacional. Mais de 90 por cento das exportações africanas - matérias-primas e produtos agrícolas - dirigem-se precisamente para o exterior do continente. A "integração" no mercado mundial

existe portanto, o que acontece é que ela é profundamente distorcida pela excessiva concentração em pouquíssimos produtos não elaborados (2 ou 3 na maior parte dos países) e vitimada pelas quedas brutais dos preços mundiais desses produtos sobre cujas cotações os países africanos não têm influência. Desde finais de 1995 assiste-se a uma queda das cotações das matérias-primas que se agravou desde 1997, sendo particularmente catastrófica para os metais cujos preços, após terem progredido de 40 por cento entre 1993 e 1994, perderam entretanto 50 por cento do seu valor desde 1995, o mesmo acontecendo com o petróleo, sector onde as cotações caíram 40 por cento desde 1996. A crise asiática e o aumento da oferta por parte dos países produtores ocorrido no anterior período de alta (1993-94), estão na origem desta tendência cuja inversão não é previsível nos próximos tempos.

Finn Tarp (*Stabilization and Structural Adjustment*, 1993) demonstrou claramente que as perdas africanas resultantes de factores externos foram particularmente importantes nos anos 80, passando de 1,3 por cento do PIB em 1980 (2,8 mil milhões de USD) a 9,6 por cento em 1987 (13,8 mil milhões de USD). O mesmo autor observa que se durante essa década os termos de troca tivessem mantido o nível anterior, a ASS teria obtido um apreciável excedente da balança de transacções correntes, em vez de registar uma acumulação de saldos negativos que pesaram fortemente sobre a sua dívida externa. Muitos outros textos científicos publicados, entre os quais o dos autores de um trabalho editado mais recentemente pela OCDE (*Quel avenir pour l'économie africaine?*, 1995) chegam a resultados semelhantes.

Parece, pois, lícito concluir que os factores externos tiveram um papel importante na crise da ASS, de tal modo que os efeitos positivos das reformas económicas "foram completamente submergidos pelo contexto internacional negativo" (Tarp 1993).

É claro que se trata apenas de uma das vertentes do problema. Os factores internos, dependentes da acção dos governos africanos, têm também uma pesada cota de responsabilidade na crise, através da excessiva intervenção do Estado na economia, das escolhas de estratégias de industrialização inadequadas (o papel de certos conselheiros europeus "amigos de África" não deveria ser esquecido...), da imposição de nepotismos que destruturaram a sociedade civil, da aplicação de preços administrativos arbitrários que destruíram a agricultura, etc.

Em suma, se podemos com alguma razão criticar as insuficiências das antigas ortodoxias desenvolvimentistas dos anos 50-70, apesar de tudo aplicadas num contexto histórico difícil porque ideologicamente instável, temos motivos ainda mais fortes para rejeitar as ortodoxias neoliberais dos anos 80-95, que, apesar de apostas num clima internacional politicamente mais favorável, obtiveram resultados muito aquém das previsões anunciadas.

As hesitações do FMI

Não é por acaso que a crise asiática de 1998 provocou uma inflexão que o próprio Michel Camdessus, director do FMI, enfatizou numa entrevista ao jornal *Le Monde* de 27 de Outubro de 1998, ao condenar finalmente "uma prática de liberalização que foi por vezes conduzida sem bom senso e de maneira inversa do que teria sido necessário fazer", dando razão a muitas das críticas heterodoxas a que o mesmo FMI tinha permanecido surdo durante quase duas décadas. No entanto, Michel Camdessus é um pouco menos convincente quanto tenta subtilmente ilibar o FMI de alguma responsabilidade nessa matéria: "Nós nunca preconizámos uma liberalização dos capitais mais voláteis quando eram mantidos os obstáculos administrativos relativamente aos investimentos directos. Em Hong Kong, em 1997, recomendámos que a liberalização dos movimentos de capitais fosse conduzida 'com ambição' mas também 'de uma maneira prudente'", afirmou M. Camdessus.

O discurso do director do FMI foge igualmente aos cânones habituais quando declara na mesma entrevista que os valores verdadeiramente universais sobre os quais é possível reencontrar um consenso quanto à integração da economia mundial, são "a responsabilidade, a solidariedade e a cidadania". Não há dúvidas que algo deve ter mudado no panorama mundial, para inspirar esta entrevista. Se ela não constitui o "toque de finados" de certas ilusões ortodoxas, é provavelmente o sinal que o FMI se prepara para assumir um papel mais político com o apoio da UE, o que corresponde às responsabilidades actuais desta instituição e pode ser, sejamos optimistas, um sinal de realismo quiçá positivo para o futuro.

Não obstante, é pouco credível de momento que o investimento directo estrangeiro, que recuou drasticamente na maior parte dos países da ASS (o seu incremento nalguns casos deve-se apenas a núcleos mineiros e petrolíferos com

pouca incidência no sector manufactureiro), inverta o sentido dos fluxos de capital nos próximos tempos. A África tem efectivamente necessidade de, previamente, levar por diante reformas estruturais profundas. Mas é tempo igualmente das instituições multilaterais ou bilaterais abandonarem a lógica exclusiva dos equilíbrios financeiros ou a cobrança mesquinha da dívida externa dos países mais pobres, reforçando decisivamente a óptica social e política, o que supõe, entre outras medidas, uma redefinição da ajuda internacional e uma revisão mais favorável e ampla (mas mais exigente em certos domínios como o da observância dos direitos humanos) da Convenção de Lomé, cujas negociações relativas a Lomé V estão em curso e se prolongarão até finais de 1999. A ocasião é soberana para separar as águas e clarificar as regras do jogo para os três principais intervenientes: a União Europeia, os países ACP e a Organização Mundial do Comércio. As decisões que serão finalmente tomadas marcarão certamente o contexto da cooperação internacional na próxima década.

E se a revisão de Lomé se impõe, convém igualmente não perder de vista que o balanço das quatro primeiras convenções é, apesar das suas limitações e insuficiências, globalmente positivo (demonstra-o a preocupação dos países africanos perante a eventualidade da sua supressão).

Admitindo que a Convenção sobrevive às actuais negociações, as exigências que se acrescentarem a Lomé V deverão certamente ser reforçadas por um acréscimo de solidariedade e de co-responsabilidade, para utilizar as próprias palavras do director do FMI. Isso implica também que os 15 países da UE (e não apenas alguns deles) se comprometam nesse domínio e que a cooperação para o desenvolvimento deixe de ser desvirtuada - sem prejuízo de interesses mútuos bem compreendidos - por uma mentalidade de cautela ou de complacência paternalista.

O Japão, novo actor da cooperação internacional

A recente ofensiva diplomática do Japão em direcção à África pode vir a alterar as rotinas euro-africanas quanto aos objectivos da cooperação internacional e aos meios de a encarar e de a pôr em prática. A conferência Tacad II (conferência internacional de Tóquio sobre o desenvolvimento da África) que teve lugar na capital japonesa de 19 a 21 de Outubro de 1998, constitui uma iniciativa japonesa

particularmente significativa e visa orientar e coordenar as políticas de desenvolvimento na ASS, em aplicação dos princípios enunciados em 1993, aquando da primeira conferência.

Esta nova reunião, que contou com 80 delegações, entre as quais 51 africanas, 11 asiáticas e 18 da América do Norte e da Europa, apresentou um programa ambicioso até ao ano 2015: reduzir a metade a proporção das populações que vivem numa pobreza extrema; desenvolver esforços vigorosos em matéria de educação para diminuir igualmente a metade a taxa de analfabetismo dos adultos e permitir a 80 por cento das crianças terminarem os estudos primários; chegar, nos próximos 16 anos, a um terço da taxa de mortalidade infantil actual; contribuir para melhor e mais rapidamente integrar as economias africanas na economia mundial. Foram igualmente definidos 350 projectos específicos que respondem às prioridades africanas (*Le Monde*, 23/10/1998).

Ticad II deu assim prioridade ao desenvolvimento social em vários domínios importantes, tendo igualmente ficado decidido que nos próximos cinco anos dois mil africanos serão formados pelo Japão em cooperação com os países asiáticos e magrebinos. Alguns dos participantes na conferência não deixaram de pôr em relevo a oposição entre a concepção asiática da ajuda e a concepção europeia, afirmando que é "preciso evitar o método europeu de se desenvolver. Durante a guerra fria os países ocidentais forneceram à África ajudas e empréstimos não indispensáveis, com a finalidade de assegurar apoios políticos. Agora que já não há dois blocos, eles reduzem a ajuda!". O primeiro ministro da Malásia preveniu igualmente os países africanos que procurar atrair investimentos estrangeiros, denunciando "os novos capitalistas que insistem no direito ao capital de circular livremente e pretendem modular os governos como entendem. Eles partem tão depressa como chegaram", afirmou.

Também Jerry Rawlings, chefe de Estado do Gana, denunciou os empréstimos a curto prazo com taxas de juro demasiado elevadas, características de convenções bilaterais ligadas a acordos de obrigação de compra de bens e serviços do país doador, "de tal forma que a ajuda regressa aos países desenvolvidos".

Embora esta visão seja incompleta, como o representante britânico observou na mesma conferência (*Jeune Afrique*, 27 de Outubro de 1998), a verdade é que a iniciativa na qual o Japão parece decidido a lançar-se pode alterar substancialmente os dados da cooperação internacional, tanto mais que o Japão é

hoje já o principal doador mundial da ajuda pública ao desenvolvimento, como o quadro a seguir o verifica.

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO			
PAÍSES DOADORES	Ajuda global em 1997 (pagamentos líquidos aos PVD)		África Subsaariana (média anual 1995-1961)
	Em milhões de USD	Em % do PNB	Em milhões de USD
Japão	9 358 04	0 22	1830
França	6 348 28	0.45	3 108
USA	6 168 00	0.08	1 445
Alemanha	5 912.90	0.28	1 891
Reino Unido	3 370 78	0.26	899
Países Baixos	2 945 96	0.81	935
Canadá	2 146 47	0 36	464
Suécia	1 617.89	0.76	578
Dinamarca	1 635.25	0.97	589
Noruega	1 306 1 1	0 86	506
Itália	1 230 97	0 . 1 1	544
Espanha	1 227 28	0.23	223
Austrália	1 076 23	0 28	122
Suíça	839 3 1	0.32	300
Bélgica	763 60	0.31	303
Áustria	531 06	0.26	1 1 0
Finlândia	378.88	0.33	125
Portugal	250 72	0 25	16 1
Irlanda	187 22	0 3 1	79
Nova Zelândia	144.75	0.25	8
Luxemburgo	86 77	0.50	1 7
Total	47 580.40	0.22	14 215

Tal como dizia no início deste artigo, verificamos aqui, mais uma vez, que subsistem dúvidas e equívocos no relacionamento entre a Europa e a África. Se a intervenção asiática se confirmar, isso será positivo em vários aspectos, entre os quais o de obrigar a Europa e a ASS a tomarem as decisões que têm sido adiadas, algumas das quais já aqui apontámos.

Conclusões

Nos países em desenvolvimento as reformas são necessárias e urgentes, importando pouco que se chamem "ajustamento estrutural" ou outra coisa, desde que assumam, sempre que possível, uma perspectiva sistémica, ou seja que a sociedade civil seja igualmente sujeito (e não apenas objecto) da sua aplicação. Na medida em que tais reformas implicam necessariamente sacrifícios, os cidadãos requerem compensações, mesmo mínimas, sem as quais verificar-se-á um divórcio

entre a sociedade e as autoridades, ou mesmo entre a nação e um estrangeiro "satanizado", cujas consequências são catastróficas, como as experiências do Irão e do Afeganistão nos ensinam, por exemplo.

Há na África, como noutros locais, uma opinião pública que não está tão pouco informada como alguns julgam, especialmente nos assuntos que lhe dizem directamente respeito. Quando o poder sabe dialogar com o cidadão e dá garantias de boa-fé, a opinião pública pode aceitar sacrifícios que, de outro modo, criariam forte instabilidade política. E a razão por que as reformas devem estar em consonância com a sociedade civil.

Das experiências de ajustamento estrutural realizadas, podem tirar-se duas conclusões: em primeiro lugar, se há medidas efectivamente indispensáveis (taxas de câmbio, racionalização dos investimentos, etc), há outras mais discutíveis cuja aplicação levanta problemas delicados, como a privatização selvagem da economia ou a liberalização brutal e sem precauções do comércio externo; em segundo lugar, a eficiência que se pode esperar do ajustamento estrutural depende de um conjunto de variáveis intermédias, algumas ligadas ao comportamento económico e político da nação (importância e tolerância da compressão dos salários reais, reacção do sector privado à liberalização, grau de coesão política entre os exportadores), outras dependendo da articulação entre o ajustamento estrutural e o sucesso da estabilização e do crescimento a mais longo prazo; a cooperação internacional é hoje um elemento indispensável ao desenvolvimento africano. Mas se é vantajosa para os países do Sul, é igualmente importante para os países industrializados que nada teriam a ganhar num planeta onde três quartos da humanidade estivessem reduzidos ao desespero, e tudo a ganhar com a criação de novos mercados (solventes) e a existência de melhores parceiros; a degradação do ambiente que atinge todos os países, as novas correntes migratórias de Sul para Norte ou as incidências da crise asiática sobre o resto do mundo, são apenas alguns exemplos de uma "interdependência" reveladora que os dois hemisférios não se podem ignorar e que as fronteiras são, hoje mais do que nunca, uma abstracção. A nova globalização apresenta características ao mesmo tempo apaixonantes e inquietantes, tanto mais que os resultados não dependem de "técnicas" ou de "métodos", mas, antes de mais, de escolhas enquadradas em projectos de sociedade. Se as técnicas são importantes, sem dúvida, não vale a pena ter ilusões: como disse P. Breton, o século XX mostrou que o poder que se tira

da ciência e da técnica pode servir tanto ao bem como ao mal. Fazer das técnicas, por si próprias, um instrumento de progresso conduz a um impasse intelectual.

A apologia da Internet, através da qual *cibernautas comunicam... sobre a comunicação*, seria um progresso irrisório se fosse só isso. O verdadeiro progresso não pode ser pensado fora de um movimento colectivo que transporta ideias inovadoras, projectos com conteúdo e utopias.

Esse progresso não é confundível com a técnica. Tão pouco é verdade que as técnicas ou tecnologias da informação tenham estado alguma vez directamente na origem de grandes movimentos políticos e sociais da humanidade. Foi a invenção da democracia na Grécia que provocou a emergência dessa técnica de expressão que é a retórica; foi o desenvolvimento e circulação das ideias no fim da Idade Média que provocou a invenção da imprensa.

Os Estados-nações, combinando a soberania territorial e a representação simbólica de uma comunidade, foram, até aqui, o factor estruturante do edifício social interno e das relações internacionais. A sua "dissolução" em comunidades regionais pode ser entendida como um processo histórico não isento de riscos, mesmo se as novas "áreas" ou regiões - de que a União Europeia é até aqui o exemplo mais conseguido - repousam na troca de uma parte da soberania dos Estados contra a influência acrescentada que obtêm como membros de uma entidade mais vasta e mais forte. Mas para se manter e evoluir essa entidade deverá também consolidar uma dimensão de representação colectiva. Desde logo, a questão essencial reside no tipo de sociedade que se quer construir e não nesta ou naquela opção tecnocrática ou contingência política circunstancial.

No entanto esse projecto necessita de uma coesão da sociedade civil, que divisões étnicas e debilidade ou ausência de classes médias intermediárias torna particularmente difícil em África.

As recomendações vindas das mais diversas instituições sobre o que devem ser as prioridades africanas nos diversos domínios são múltiplas e frequentemente contraditórias, o que se justifica pela complexidade dos problemas a resolver. Mas é evidente, como o sublinhou Jean Bovin, presidente do Centro de Desenvolvimento da OCDE, que uma das causas dos fracassos passados deveu-se, sem dúvida, "ao facto da dimensão política dos problemas ter sido insuficientemente tomada em consideração". Com efeito, em matéria económica, financeira ou em qualquer outra

área, as melhores recomendação são inúteis se não forem politicamente aceitáveis.

A entrevista atrás citada do director do FMI tira, nalguma medida, a lição dessa experiência quanto ao desenvolvimento africano e ao papel que o FMI aí poderá doravante desempenhar. Da mesma maneira, a mudança da estratégia asiática em relação à cooperação com África pode, se for confirmada, obrigar a Europa a repensar a metodologia de cooperação com este continente, colocando-o num plano mais elevado do que até aqui na ordem das suas prioridades.

Se assim for, as perspectivas de desenvolvimento e de cooperação internacional serão, no que se refere ao continente africano e em benefício deste, talvez melhores nos anos que se aproximam...